

RECURSO ESPECIAL Nº 1.474.082 - ES (2014/0198000-0)

RELATOR : **MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**
RECORRENTE : **MUNICÍPIO DE VITÓRIA**
PROCURADOR : **SANDRO VIEIRA DE MORAES E OUTRO(S) - ES006725**
RECORRIDO : **ESTADO DO ESPIRITO SANTO**
AGRAVANTE : **ESTADO DO ESPIRITO SANTO**
PROCURADOR : **ADRIANO FRISSE RABELO E OUTRO(S) - ES006944**
AGRAVADO : **MUNICÍPIO DE VITÓRIA**
ADVOGADO : **SANDRO VIEIRA DE MORAES E OUTRO(S) - ES006725**

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. ARTIGO 535, II, DO CPC/1.973. OFENSA CARACTERIZADA. QUESTÃO NÃO EXAMINADA E IMPRESCINDÍVEL À SOLUÇÃO DA CONTROVÉRSIA. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por Município de Vitória/ES com fundamento no artigo 105, III, "a", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo TJ/Espírito Santo, assim ementado (fls. 353-354):

CONSTITUCIONAL - PROCESSO CIVIL - COMPENSAÇÃO POR EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL - ROYALTIES - PREVISÃO CONSTITUCIONAL DE REPASSE - LEI INFRACONSTITUCIONAL - NÃO REVOGAÇÃO - OBRIGAÇÃO DO ESTADO DE PROCEDER COM O CÁLCULO E REPASSE.

1. Conforme decidido pelo Colendo Superior Tribunal de Justiça, a disposição legal insculpida na Lei do Petróleo (Lei Federal nº 9.478/1997) que determina os percentuais e o repasse das verbas compensatórias pela exploração do petróleo competindo ao Estado a transferência dos recursos previstos constitucionalmente.

3. Não cabe ao Estado a retenção ou a pretensão de compensação dos valores recebidos destinados ao repasse aos Municípios a título de royalties do petróleo, haja vista tratar-se de receita originária derivada de direito subjetivo previsto constitucionalmente.

Embargos de declaração rejeitados.

O recorrente alega violação do artigo 535, II, do CPC/1973, ao argumento de que a Corte de origem não se manifestou a respeito da seguinte questão (fls. 368/369): "Com relação aos honorários advocatícios o v. Acórdão entendeu pela fixação em valor de R\$ 8.000,00. Não se pretende discutir essa fixação nesta sede recursal, porém, é imperioso que o v. Acórdão fixe que os valores envolvidos nos presentes autos montam a R\$ 2.505.431,45, conforme item II da petição inicial, valor esse relativo ao ano de 2002. Esse fato é imprescindível para a discussão, em recurso de natureza extraordinária, acerca da desproporção do valor atinente aos honorários advocatícios que, repita-se, não está sendo discutido neste recurso. Trata-se de pretensão de devido enquadramento fático da matéria".

Quanto à questão de fundo, sustenta ofensa ao artigo 20, § 4º, do CPC/1973, sob o seguinte argumento: os honorários advocatícios estipulados pelo Tribunal de origem devem

ser majorados, pois "o valor envolvido nos autos é de R\$ 2.505.431,45 (dois milhões, quinhentos e cinco mil, quatrocentos e trinta e um reais e quarenta e cinco centavos), o que torna os honorários deferidos de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) absolutamente ínfimos, equivalentes a menos 0,3% do valor do bem da vida" (fl. 433).

Com contrarrazões.

Juízo positivo de admissibilidade às fls. 497-499.

É o relatório. Passo a decidir.

Inicialmente, registra-se que "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (Enunciado Administrativo n. 2, aprovado pelo Plenário do Superior Tribunal de Justiça em 9/3/2016)".

Com efeito, o recorrente pretende a anulação do acórdão proferido pela Corte de origem em sede de embargos de declaração sob o argumento de que remanesce omissa o julgamento da controvérsia.

Extraí-se dos autos que o recorrente argumentou e requereu a manifestação expressa do órgão julgador a respeito da (fls. 368-369):

"Com relação aos honorários advocatícios o v. Acórdão entendeu pela fixação em valor de R\$ 8.000,00. Não se pretende discutir essa fixação nesta sede recursal, porém, é imperioso que o v. Acórdão fixe que os valores envolvidos nos presentes autos montam a R\$ 2.505.431,45, conforme item II da petição inicial, valor esse relativo ao ano de 2002. Esse fato é imprescindível para a discussão, em recurso de natureza extraordinária, acerca da desproporção do valor atinente aos honorários advocatícios que, repita-se, não está sendo discutido neste recurso. Trata-se de pretensão de devido enquadramento fático da matéria".

Com efeito, evidencia-se que a questão suscitada guarda correlação lógico-jurídica com a pretensão deduzida nos autos e se apresenta imprescindível à satisfação da tutela jurisdicional.

A manifestação sem esclarecimento suficiente a respeito de questão necessária à resolução integral da demanda autoriza o acolhimento de ofensa ao artigo 535, II, do CPC/1973, enseja a anulação do acórdão proferido em sede de embargos de declaração e torna indispensável o reexame dos aclaratórios.

A propósito: AgInt no REsp 1.394.325/RJ, Rel. Min. Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 30/11/2016; AgRg no REsp 1.221.403/RS, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 23/8/2016; AgRg no REsp 1.407.552/SP, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 3/3/2016.

Ante o exposto, dou provimento ao recurso especial, tornando nulo o acórdão proferido no julgamento dos embargos de declaração, a fim de que a Corte de origem aprecie a matéria articulada nos aclaratórios.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 29 de novembro de 2019.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
Relator